



DOSSIÊ “O PARÁ INSURGENTE”

EDITORIAL

Em 15 de agosto de 1823, quase um ano depois do 07 de setembro de 1822, a província grão-paraense, vale dizer grande parte da atual Amazônia brasileira, ainda se mantinha parte do Reino de Portugal, embora palco de conflitos políticos e sociais a favor e contra a independência brasileira, quando houve a incorporação da Província do Grão-Pará ao recém-criado império do Brasil, fato conhecido na história e cunhado pela historiografia como “Adesão”.

Quais os sentidos e significados deste complexo processo político e social, para se pensar a formação do Estado Nacional brasileiro, na Amazônia e a partir da Amazônia? Objeto de reflexões históricas desde o século XIX, como parte da história política escrita ainda no Império, depois continuada ao longo do século XX, na República, destacando-se a publicação da Revista do IHGP acerca do centenário da “Adesão”, em 1923; no momento presente, dentro da renovada historiografia da região amazônica ou Nova História Social da Amazônia, o presente dossiê se propõe a reunir trabalhos de historiadores e cientistas sociais que, ao longo das últimas décadas, vem investigando e refletindo sobre essa temática. A proposta do presente dossiê pretende ser, portanto, uma contribuição ao debate historiográfico, bem como retrato das pesquisas já realizadas ou em curso, enfim, um balanço do “estado da arte” dos processos de independência e formação da nacionalidade e sobre o Estado Nacional brasileiro.

A escolha da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP) pelos organizadores, cuja proposta do dossiê foi tão bem acolhida pela direção da Revista, se justifica não apenas por 2023 ter demarcado os cem anos (1923-2023) da publicação do número da Revista do IHGP dedicado ao tema (organizado pelo historiador Palma Muniz), que se tornou um dos números mais expressivos deste periódico, ao longo do tempo, em termos de consulta e contribuição à historiografia (hoje disponibilizado em formatos PDF e em e-book); mas, igualmente, por ser o segundo periódico mais antigo em atividade da região amazônica.

O dossiê está composto por artigos de pesquisadores e professores de diversas instituições nacionais e internacionais estudiosos do tema, sendo assim distribuídos: ***“A parte e o todo: como a independência no Pará ajuda a entender o processo em todo o Brasil”***, artigo do historiador André Roberto de A. Machado, busca responder a seguinte questão: “como a independência no Pará ajuda a entender o processo em todo o Brasil?”, destacando quatro eixos: “1) A importância das diferentes cronologias; 2) O papel das guerras; 3) As conexões entre as províncias; 4) Os múltiplos significados da independência”.

O historiador José Alves de Souza Junior, apresenta o artigo ***“Imprensa, Independência e poder no Grão-Pará”***, no qual demonstra como a “imprensa desempenhou um importante papel no processo que levou à adesão do Grão-Pará à independência proclamada no Centro-Sul, já que, como formadora de opinião pública, funcionou como palco do teatro político representado pelos grupos da elite paraense que disputavam o poder

na província”. Lembrando o autor que: “Os exemplares de jornais portugueses que circulavam em Belém, como o ‘Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa’, o ‘Astro da Lusitânia’, ‘O patriota’, o ‘Mnmosine Constitucional’, permitiam a esta elite tomar conhecimento do que acontecia em Portugal e no restante da Europa, além de tal fato ter tido importância no estabelecimento da imprensa no Grão-Pará, com ‘O Paraense’, de Felipe Patroni”. Por meio das páginas do jornal criado por Patroni podemos acompanhar as disputas políticas e, portanto, “a campanha de desgaste movida contra a Junta de Governo Civil e o Governo das Armas e que culminaram na adesão do Grão-Pará à independência”.

Em sequência, o texto **“Morram os Europeus!': a Independência brasileira sob a ótica das revoluções no Baixo Tocantins, Província do Grão-Pará**”, do historiador Adilson J. I. Brito, tem como foco “as disputas políticas ocorridas na região do Baixo Tocantins”. Segundo o autor, esta região formada “pelas vilas de Cametá, Abaeté, Igarapé-Miri, Mojú, Portel, Baião, Beja e Conde”, conheceu “intensas lutas políticas e sociais, ambientadas na complexa e violenta formação do Estado e da Nação”. Para o autor, as “manifestações mais contundentes, interpretadas a partir da análise da correspondência oficial da época e do diálogo com a historiografia recente, indicam a pouca estabilidade do conceito de ‘unidade nacional’ e a emergência de projetos variados de futuro protagonizados por pessoas das ‘baixas esferas’ da sociedade, sobretudo negros, indígenas, desertores e demais despossuídos”.

O conturbado processo de independência na província grão-paraense também é objeto de investigação e reflexão no artigo: **“O Grão-Pará e a integração ao Império do Brasil: entre a expectativa e a realidade uma conjuntura explosiva (1820-1835)”**, da historiadora Letícia Barriga, no qual a autora propôs, segundo suas palavras, “a compreender como transcorreu o processo de integração da província do Grão-Pará ao Império do Brasil, traçando uma análise da conformação social e política da sociedade paraense”, demonstrando “como as divisões internas de uma sociedade caracterizada pela diversidade de classes e grupos, de interesses e anseios, e de pretensões políticas e projetos de futuro para o Grão-Pará, foram fatores determinantes para os rumos seguidos e as decisões tomadas na conturbada década de 1820, construindo assim, um cenário explosivo ao longo desta e da década seguinte”. Baseando sua análise na documentação da época, a autora destacou em seu texto “dois elementos fundamentais para tal compreensão, quais sejam o receio da elite paraense ao avanço dos grupos subalternizados em seu processo de politização e as cisões existentes na sociedade paraense que cresceram e se agudizaram nas primeiras décadas do século XIX”. E, assim sendo, Letícia Barriga entende que “a crescente politização das classes populares levou ao rompimento pelas vias institucionais para uma pretensa igualdade jurídica e o acesso aos espaços de decisões políticas, conduzindo suas lutas numa intensa guerra civil ao longo dos anos de 1830, denominada de Cabanagem”.

Neste sentido, ainda dentro do processo de formação do Estado Nacional na Amazônia, não seria possível deixar de se tratar do tema da Cabanagem. Neste caso, o antropólogo Mark Harris, o faz justamente em seu artigo: **“A Cabanagem: A 'guerra de castas' amazônica e algumas perspectivas comparativas”**. Nas

palavras do autor, “A Cabanagem foi uma ampla e frágil aliança entre várias classes e grupos étnicos e envolveu povos indígenas, composta por diferentes interesses com uma dimensão internacional “. Segundo o autor “As ideias liberais radicais reuniram aqueles que viviam em distritos rurais e urbanos e apelaram para animosidades de longa data contra o controle distante por pessoas de fora, o uso inconsistente da lei para proteger todas as pessoas, e regimes de trabalho obrigatórios que levaram as pessoas para longe de suas famílias e terras. No entanto, o governo da regência temia a dissolução do recém-independente Brasil”. Sendo que, derrotada a Cabanagem, a “pacificação violenta da região foi justificada por retratar o movimento como uma guerra racial, dominada por 'pessoas de cor' incapazes de se governar”.

No texto seguinte **“O bispo/cidadão, Dom Romualdo: entre a mitra episcopal e os cargos políticos pelo Grão-Pará dos oitocentos”**, Fernando Arthur de Freitas Neves, investiga a atuação política do bispo Dom Romualdo de Souza Coelho que buscou “assegurar o melhor retorno do reconhecimento legítimo da causa do rei em favor da Igreja, retribuindo com juras de fidelidade à preservação da ordem política, somente afastando-se dessa postura quando percebe a impossibilidade da manutenção da condição de Reino Unido, devido às requisições do retorno ao sistema colonial feita pela imensa maioria dos deputados da antiga metrópole, criando as circunstâncias para operar uma nova adesão, dessa vez, ao Brasil independente”. Nos diz ainda o autor que “Cartas pastorais, jornais e a correspondência do bispo com as autoridades civis foram problematizadas no contexto da chamada ‘Adesão do Pará à independência’”, sendo que “Esses escritos são fundamentais para compreendermos como o bispo/cidadão se manifestou e como foi interpretado pelos seus interlocutores e outros abertamente opositores as suas intervenções. Dessa forma, não é possível compreender o processo de formação do Estado Nacional sem levar em conta as nuances entre as instituições Igreja e Estado, através do protagonismo de seus agentes.

Os lugares da escravidão e da liberdade neste contexto, a partir da trajetória de uma mulher escravizada e sua paciente luta pela liberdade por dentro do sistema escravista na cidade de Belém das décadas de 1820, 1830 e 1840, é objeto do artigo: **“Por que Matilde Maria resolveu esperar? Entre a promessa, uma longa espera e a conquista da liberdade no Grão-Pará independente”**, escrito pela historiadora Bárbara da Fonseca Palha. Neste artigo, a autora nos apresenta a história de Matilde Maria, uma mulher escravizada que, em maio de 1846, “deu entrada em uma ação cível de liberdade no Juízo do Cível da Capital”. Ao analisar o documento, a autora percebeu, segundo nos conta, que “o recurso a essa agência escrava só foi possível depois da morte do senhor, que impôs essa condição a liberdade da cativa. No entanto, a luta dela em busca da liberdade teve início em 1823 e em 1846 ocorreu o seu desfecho. Mesmo vivendo em um Grão-Pará cujo contexto foi marcado pela disseminação de ‘ideias de independência’, pelas constantes fugas escravas, pela formação de mocambos e pelo movimento da Cabanagem, ela resolveu esperar pelo momento oportuno para alcançar a sua liberdade”.

Por fim, o historiador Francivaldo Alves Nunes nos traz o texto: **“Bicentenário da Independência do Brasil no Pará: História, memória e tecnologias”**. Lembrando que “Nos anos de 2022 e 2023, uma



personagem da história do Brasil, a Independência, se torna o centro das atenções e, certamente, induziu a nação brasileira a se repensar, avaliar seu processo histórico e debater projetos de nação”, o autor nos “apresenta os resultados do projeto que reuniu a comunidade de professores, historiadores e estudiosos na construção de produtos acadêmicos e educacionais, como publicações de obras de referência, comerciais e materiais audiovisuais que, ao mesmo tempo, em que reflitam sobre o momento de comemorações do bicentenário da independência, promoveu reflexões que estabeleceram uma memória que recuperou os eventos políticos consolidados pela historiografia, de forma a expressar as experiências de luta e atuação de negros escravizados, caboclos, indígenas e homens brancos pobres, entre outros setores marginalizados”. Trabalhando eixos como História, Memória, Tecnologias, bem como o ensino, o autor faz um importante balanço dessa ação.

Para além dos artigos, já listados, temos ainda uma entrevista, inicialmente feita no formato podcast, realizada em 2022, pela jornalista Ada Bastos, com o historiador e professor de História da Universidade Federal do Pará e Sócio Emérito do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, Geraldo Mártires Coelho, sobre o tema da Independência no Pará.

Por fim, trazemos a reprodução de parte de um importante documento histórico para o IHGP, justamente o trecho do inventário de Pedro Pereira de Chermont Raiol, filho da Baronesa e do Barão de Guajará, datado de 1929, cujo inventariante foi Pedro Pombo de Chermont Raiol, um dos filhos do inventariado. Neste documento, existente no acervo da Sociedade Literária 5 de Agosto do município da Vigia, Pará, fotografado pelo historiador Oscar De La Torre, que nos cedeu uma cópia digital, a quem agradecemos, temos a descrição de um dos imóveis da família Raiol, que é o Solar do Barão de Guajará, antiga residência do Barão de Guajará e autor da obra “Motins Políticos”, atual sede do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, cuja descrição vai aqui reproduzida com uma breve apresentação do professor José Maia Bezerra Neto, da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFPA, pesquisador do CNPq e Sócio Efetivo do IHGP.

Este é o nosso dossiê, encerrando esta apresentação agradecendo mais uma vez à Revista do IHGP pela parceria, bem como aos autores e colaboradores que o tornaram possível sua existência.

Belém, abril de 2025.

José Maia B. Neto; Fernando Arthur de Freitas Neves; Francivaldo Alves Nunes.